

Representação subversiva de Rose Marie Muraro nos arquivos e no movimento feminista do Brasil

Rosale de Mattos Souza Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
ORCID 0000-0002-5302-5629
rosale.m.souza@unirio.br

Shirley Carvalhêdo Franco Universidade de Brasília, Brasília, Brasil
ORCID 0000-0002-0027-9182
shirley.carvalhedo@unb.br

Resumo O artigo visa analisar o papel subversivo de Muraro no movimento feminista brasileiro, destacando sua importância histórica, suas contribuições, o controle e a vigilância no período ditatorial brasileiro. Muraro representou a visão crítica, reflexões e ações de sua vida em prol do feminismo; em particular a introdução das relações das classes sociais e os aspectos sexuais, sua produção em publicações sobre estudo de gênero e do feminismo brasileiro, demonstrando a importância de seus arquivos pessoais na preservação da memória feminista. Muraro, nascida em 1930, enfrentou desafios pessoais e políticos, incluindo a censura e perseguição durante a Ditadura Civil-Militar de 1964-1985. Como editora trabalhou na Editora Vozes e foi fundadora da Rosa dos Tempos, publicou obras progressistas que desafiaram o patriarcado e a opressão das mulheres. Muraro recebeu reconhecimento por seu trabalho, incluindo o Prêmio Bertha Lutz e foi homenageada com prêmio pela Organização das Nações Unidas - ONU. A Fundação Cultural Rose Marie Muraro continua promovendo suas ideias, mantendo viva sua memória. Utilizou-se metodologias teóricas e empíricas, levantamento de bibliografia voltada para arquivos pessoais, métodos exploratório e descritivo explorando fontes documentais e informações do Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN voltados à Comissão da Verdade e da Divisão de Diversão e Censura no período da Ditadura Civil-Militar, além da Assessoria de Segurança e Informação – ASI da Embratel; na Fundação Rose Marie Muraro, que contém correspondências, livros, e demais documentos sob a guarda da entidade. Apresenta dados de fundos documentais de mulheres escritoras e cientistas no Arquivo Nacional e FIOCRUZ. Os resultados enfatizam o protagonismo de Muraro, sua resistência política e sua influência duradoura no debate público e na transformação social, destacando a complexidade das relações entre arquivos privados e públicos no contexto do feminismo, dos direitos das mulheres, justiça social e direitos humanos.

Palavras-chave Feminismo. Rose Marie Muraro. Identidade coletiva. Arquivos Pessoais. Comissão da Verdade.

Subversive representation of Rose Marie Muraro in the archives and in the Brazilian feminist movement

Abstract The article aims to analyze Muraro's subversive role in the Brazilian feminist movement, examining her historical significance, contributions, and the control and surveillance she faced during the Brazilian dictatorship. Muraro embodied critical thinking, reflections, and actions throughout her life in support of feminism, particularly in introducing the intersections of social class and gender. Her work on gender studies and Brazilian feminism, along with her personal archives, are vital in preserving feminist memory. Born in 1930, Muraro faced both personal and political challenges,

including censorship and persecution during the Civil-Military Dictatorship from 1964 to 1985. As an editor, she worked at Editora Vozes and founded Rosa dos Tempos, publishing progressive works that challenged patriarchy and women's oppression. Muraro was recognized for her contributions, receiving the Bertha Lutz Award and being honored by the United Nations. The Rose Marie Muraro Cultural Foundation continues to promote her ideas, keeping her legacy alive. The research employs both theoretical and empirical methodologies, including a review of literature on personal archives, exploratory and descriptive methods, and analysis of documents and information from the National Archives Information System (SIAN) related to the Truth Commission and the Division of Censorship in addition to the Security and Information Advisory – ASI of Embratel during the Civil-Military Dictatorship. It also draws from the Rose Marie Muraro Foundation, which houses correspondence, books, and other documents under its care. Additionally, it presents data from archival collections of female writers and scientists in the National Archives and FIOCRUZ. The findings underscore Muraro's political resistance, her leadership, and her lasting influence on public debate and social change. They highlight the complex relationship between private and public archives in the context of feminism, women's rights, social justice, and human rights.

Keywords Feminism. Rose Marie Muraro. Collective identity. Personal Files. Truth Commission.

Representación subversiva de Rose Marie Muraro en los archivos y en el movimiento feminista brasileño

Resumen El artículo tiene como objetivo analizar el papel subversivo de Muraro en el movimiento feminista brasileño, destacando su importancia histórica, sus contribuciones, control y vigilancia durante el período dictatorial brasileño. Muraro representó la visión crítica, reflexiones y acciones de su vida a favor del feminismo; en particular la introducción de las relaciones de clase social y los aspectos sexuales, su producción en publicaciones sobre estudios de género y feminismo brasileño, demostrando la importancia de sus archivos personales en la preservación de la memoria feminista. Muraro, nacida en 1930, enfrentó desafíos personales y políticos, incluida la censura y la persecución durante la Dictadura Cívico-Militar de 1964-1985. Como editora, trabajó en la Editora Vozes y fue la fundadora de Rosa dos Tempos, publicando obras progresistas que desafiaban el patriarcado y la opresión de las mujeres. Muraro ha recibido reconocimientos por su trabajo, incluido el Premio Bertha Lutz y fue honrada con un premio de las Naciones Unidas - ONU. La Fundación Cultural Rose Marie Muraro continúa promoviendo sus ideas, manteniendo viva su memoria. Utiliza metodologías teóricas y empíricas, levantamiento bibliográfico enfocado en expedientes personales, métodos exploratorios y descriptivos explorando fuentes documentales e información del Sistema de Información del Archivo Nacional - SIAN dirigido a la Comisión de la Verdad y la División de Entretenimiento y Censura además de la Asesoría de Seguridad e Información – ASI de Embratel durante el período de la Dictadura Civil. - Militar; en la Fundación Rose Marie Muraro, que contiene correspondencia, libros y otros documentos bajo custodia de la entidad. Presenta datos de fondos documentales de escritoras y científicas de la AN y la FIOCRUZ. Los resultados enfatizan el protagonismo de Muraro, su resistencia política y su influencia duradera en el debate público y la transformación social, destacando la complejidad de las relaciones entre los archivos públicos y privados en el contexto del feminismo, los derechos de las mujeres, la justicia social y los derechos humanos.

Palabras clave Feminismo. Rose Marie Muraro. Identidad colectiva. Archivos personales. Comisión de la verdad.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 24/10/2024
Aprovado em 01/12/2024
Publicado em 09/12/2024

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca destacar a representação subversiva de Rose Marie Muraro nos arquivos e no movimento feminista do Brasil. Objetiva-se analisar a trajetória de Muraro, suas contribuições críticas para o feminismo brasileiro, as diferenças de classe e a sexualidade, estudo de gênero, direitos humanos, a importância de seus arquivos pessoais e os de arquivos públicos de vigilância e controle no período da Ditadura Civil- Militar (1965-1985), encontrados no Arquivo Nacional, na preservação da memória feminista.

Rose Marie Muraro é uma figura central no movimento feminista brasileiro, conhecida por seu engajamento político e subversivo. Nascida em 1930, Muraro enfrentou desafios pessoais, incluindo uma deficiência visual e se envolveu em causas sociais desde cedo. Sua trajetória como editora na Editora Vozes, onde publicou obras progressistas e de denúncia contra a Ditadura Civil-Militar de 1965-1985, tornou-se um símbolo de resistência. Muraro fundou a Editora Forense Universitária e o Centro da Mulher Brasileira, e foi expulsa da Editora Vozes devido à sua defesa da Teologia da Libertação e do feminismo. Sua obra inclui mais de 40 livros, abordando temas como sexualidade, feminismo e espiritualidade.

Rose Marie Muraro nasceu no Rio de Janeiro, no dia 11 de novembro de 1930, em uma família abastada de origem sírio-libanesa do setor têxtil. Desde cedo, enfrentou desafios devido à sua deficiência visual, possuindo apenas 5% de visão em um olho e nenhuma visão no outro. Mesmo com essas limitações, Muraro aprendeu a ler sozinha e desenvolveu um questionamento crítico sobre a realidade ao seu redor. Aos 15 anos, com a morte de seu pai, Muraro teve que ajudar sua mãe a cuidar dos irmãos, enfrentando disputas familiares pela fortuna e negócios da família "Gebara". Esses episódios a expuseram à pobreza e a impulsionaram a se envolver com causas sociais, ingressando em um grupo juvenil da Igreja Católica coordenado por Dom Helder Câmara¹. Após concluir o ensino secundário, Muraro ingressou na Universidade do Brasil, hoje

¹ Dom Helder Câmara – “Ordenado padre em 1931, ajudou a criar o Conselho Nacional de Bispos do Brasil – CNBB, Em 1950, apresenta ao amigo Monsenhor Montini (que viria a ser o Papa Paulo VI) seus planos para fundar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – fundada em 14 de outubro de 1952, da qual se tornou Secretário-Geral de 1952 a 1964, e Secretário da Ação Social entre 1964 e 1968. Membro de Comissões e jornadas pela Paz, inclusive Membro da Associação Latino-Americana para os Direitos Humanos; 23 livros publicados, sendo 19 deles traduzidos para 16 idiomas; 716 títulos de homenagem e condecorações; membro de 41 organizações internacionais e 05 nacionais; 30

Universidade Federal do Rio de Janeiro, no curso de Física, sendo uma das poucas mulheres em sua turma. No entanto, abandonou a faculdade no terceiro ano para se dedicar à literatura e ao movimento feminista. Na década de 1950, durante uma viagem à Europa, conheceu seu futuro marido, com quem teria cinco filhos. Ao retornar ao Brasil em 1960, Muraro se uniu à luta de Leonardo Boff², trabalhando em parceria com ele por 25 anos, e foi contratada para trabalhar na União Católica de Imprensa.

Figura 1- Rose Marie Muraro



Fonte: Instituto Cultural Rose Marie Muraro, facebook, 2022

A partir de 1961, Muraro iniciou sua trajetória na Editora Vozes, em Petrópolis, a convite do novo diretor Frei Ludovico Gomes de Castro³. Sob sua liderança, a editora passou a publicar livros

títulos de Cidadão Honorário, no Brasil e no Exterior (Belo Horizonte, 1990); 32 títulos de Doctor Honoris Causa, sendo 05 em DIREITO; 25 Prêmios da Paz. Em 1991, com 82 anos de idade, inicia o movimento contra a fome: “Ano 2000 Sem Miséria”. (Dom Helder Câmara, 2024)

² Leonardo Boff — é um teólogo, escritor, filósofo e professor universitário brasileiro. Simpatizante do socialismo, Boff é expoente da teologia da libertação no Brasil e conhecido internacionalmente por sua defesa dos direitos dos pobres e excluídos. “Nasceu em Concórdia, Santa Catarina, aos 14 de dezembro de 1938. É neto de imigrantes italianos da região do Veneto, vindos para o Rio Grande do Sul no final do século XIX. Ingressou na Ordem dos Frades Menores, franciscanos, em 1959. Durante 22 anos, foi professor de Teologia Sistemática e Ecumênica em Petrópolis, no Instituto Teológico Franciscano. Professor de Teologia e Espiritualidade em vários centros de estudo e universidades no Brasil e no exterior, além de professor-visitante nas universidades de Lisboa (Portugal), Salamanca (Espanha), Harvard (EUA), Basel (Suíça) e Heidelberg (Alemanha). Esteve presente nos inícios da reflexão que procura articular o discurso indignado frente à miséria e à marginalização com o discurso promissor da fé cristã gênese da conhecida Teologia da Libertação. Foi sempre um ardoroso defensor da causa dos Direitos Humanos, tendo ajudado a formular uma nova perspectiva dos Direitos Humanos a partir da América Latina, com “Direitos à Vida e aos meios de mantê-la com dignidade”. (Boff, 2024)

³Frei Ludovico Gomes de Castro – Diretor-geral da Editora Vozes por 25 anos, de 1964 a 1986, sendo a gestão mais duradoura da Editora Vozes, tendo enfrentado momentos conturbados da história política brasileira. Nasceu no Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1909. No ano de 1934 foi para Alemanha para cursar o doutorado em Teologia, quando teve aulas com Martin Heidegger. Revolucionou a Vozes por abrir espaço para publicação de pesquisas científicas e convidar profissionais, como Rose Marie Muraro para compor a equipe em cargos antes ocupados apenas por frades. De origem judia, divorciada, feminista, militante de esquerda e leiga, Rose Muraro foi convidada a ser

progressistas, focando na sociologia da Igreja e expandindo seu mercado. Com a instauração do regime civil-militar em 1964, a Editora Vozes adotou uma postura de denúncia contra o regime, liderada por Muraro e Frei Ludovico. O trabalho de Muraro na editora tornou-se um símbolo de resistência à ditadura militar no Brasil.

Apesar da censura e da alegação de conteúdo pornográfico, os livros de Muraro continuaram a circular dentro das universidades, representando uma forma de resistência. Em 1971, Muraro recebeu a feminista norte-americana Betty Friedan em sua visita ao Brasil, marcando sua transição da Teologia da Libertação para o feminismo, que ganhava força na Europa e nos Estados Unidos.

Muraro fundou a Editora Forense Universitária em 1965 e publicou seu primeiro livro "Mulher na Construção do Mundo Futuro" em 1966. Em 1969, tornou-se editora-chefe da Vozes, direcionando a editora para novos rumos com publicações como "Libertação Sexual da Mulher" (1971). Em 1975, fundou o Centro da Mulher Brasileira e, dois anos depois, viajou aos Estados Unidos para dar aulas e conferências sobre estudos da mulher latino-americana.

Sob o governo ditatorial, Muraro publicou seu mais importante livro de pesquisa, "Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil" (1983), resultado de um estudo realizado em vários estados brasileiros sobre sexualidade feminina. Em 1985, após o fim da ditadura, foi convidada pelo Governo Federal para ser membra fundadora do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e foi nomeada Patrona do Feminismo Brasileiro. No entanto, em 1986, foi expulsa da Editora Vozes, junto com Leonardo Boff, por ordem do Vaticano devido à sua defesa da Teologia da Libertação e à publicação do livro "Sexualidade, Libertação e Fé por uma Erótica Cristã: Primeiras Indagações".

Assessora Editorial – responsável pelas publicações culturais universitárias da maior editora católica do Brasil. Devido aos seu trabalho na Vozes, em setembro de 1999, Muraro recebeu o troféu Teotônio Vilela, como a editora mais importante durante o regime militar no Brasil. (Andrades, 2001)

Em 1990, Muraro fundou a editora feminista Rosa dos Tempos, com Laura Civita⁴, Ruth Escobar⁵, Neuma Aguiar⁶ e a Editora Record, e publicou "Os seis meses em que fui homem", baseado em sua tentativa de ser eleita. No mesmo ano, foi nomeada como uma das "Mulheres do século XX" pela revista *Desfile*.

Em 1994, Muraro foi eleita "Intelectual do Ano" pela União Brasileira de Escritoras. Publicou "Memórias de uma mulher impossível" em 1999 e "Textos da fogueira" em 2000. Em 2002, lançou "Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças". Foi nomeada "Patrona do Feminismo Brasileiro" pelo governo brasileiro em 2006 e recebeu o "Prêmio Bertha Lutz" pelo Senado Federal em 2008.

Em 2009, Muraro fundou o Instituto Cultural Rose Marie Muraro e publicou, com Leonardo Boff, "Os avanços tecnológicos e o futuro da humanidade". Em 2012, lançou "Reinventando o capital/dinheiro". Muraro faleceu em 21 de junho de 2014, deixando um legado de mais de 40 livros, inúmeros artigos e poesias, além de ter editado aproximadamente 1.600 livros. Seu trabalho continua a inspirar futuras gerações de ativistas e intelectuais feministas no Brasil.

O Instituto Cultural Rose Marie Muraro promove a divulgação de suas ideias e mantém viva sua memória. O arquivo pessoal e a biblioteca de Muraro abrigam o mais diversificado acervo sobre estudo de gênero na América Latina, sendo de interesse público e social.

⁴ Laura Civita – ao pesquisarmos sobre esta militante nas redes sociais e na internet, não encontramos a sua biografia, constando apenas uma foto com Rose Marie Muraro e Ruth Escobar que data dos anos 1970.

⁵ Ruth Escobar - **Atriz, produtora teatral, política e ativista feminista**, Maria Ruth dos Santos, conhecida como Ruth Escobar, foi uma talentosa atriz e produtora teatral reconhecida tanto por seus espetáculos quanto pela sua militância contra a ditadura militar e feminista. Nascida em Porto, Portugal, veio ao Brasil em 1952, aos 16, radicando-se em São Paulo. Ruth Escobar criou o Teatro Popular Nacional – TPN em 15 de dezembro de 1964. (Memória Feminista Antirracista, 2017)

⁶ Neuma Aguiar nasceu em Fortaleza, Ceará, em 1938. Ficou conhecida principalmente pela sua contribuição aos estudos estatísticos em junção com a temática de gênero. Após finalizar a graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1960), cursou o mestrado em Sociologia e Antropologia na Boston University (1962), em seguida se candidatou ao doutorado em Sociologia pleiteando várias bolsas de estudos e foi contemplada em todas, porém, escolheu a Washington University (1969). O campo de estudos de mulheres, gênero e feminismo nas ciências sociais no Brasil contou com a atuação fervorosa de Neuma Aguiar para se estabelecer. (Galleti, s.d.)

2. MULHERES E ARQUIVOS PESSOAIS: (IN) VISIBILIDADE DOS SEUS ACERVOS NA SOCIEDADE

Os arquivos pessoais relacionados aos arquivos privados têm início em um levantamento do final do século XIX na Europa, associado às questões interdisciplinares que envolvem conhecimentos de História, Antropologia, Sociologia e Letras. Uma das instituições responsáveis pelas novas abordagens da História é a *Ecole des Annales*, que surgiu no começo do século XX; tendo uma 1ª geração de historiadores liderados por March Bloch e Lucien Febvre, de 1929 a 1949, que lançaram mão de perspectivas sociais e coletivas, para além dos aspectos políticos e econômicos, inauguraram com outras gerações de historiadores novas propostas de pesquisas.

No Brasil, houve um levantamento na Revista Arquivo & Administração, da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, que esta temática ainda se apresentava um pouco tímida nos anos 1970. Os arquivistas brasileiros hoje vêm aumentando as pesquisas sobre arquivos pessoais, e no século XXI os estudos de arquivos pessoais e de gênero.

Silva & Silva (2013) definiram o que é um arquivo pessoal através do conceito elaborado pela Fundação Getúlio Vargas: “*Arquivos pessoais, portanto, são conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas vidas.*”

Segundo Mckemmish (2013) *identidade está ligada à capacidade que temos de sustentar narrativas do self*. Portanto, os arquivos pessoais são aqueles que dão provas de mim. Conforme Camargo e Goulart (2007) “*tratar o arquivo pessoal como um conjunto indissociável, cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com atividades e funções que a geraram*”. Camargo e Goulart (2007) denominam como abordagem contextual dos arquivos pessoais o “tempo” e a “circunstância”, conforme livro publicado com esses termos.

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística da Sociedade dos Arquivistas Americanos, o termo “arquivo pessoal” seria “um conjunto de documentos em qualquer formato que forneça evidências das atividades de um indivíduo.” (Sociedade dos Arquivistas Americanos, 2005).

Indo mais além, Hobbs (2015, p. 266, tradução nossa), esclarece que

[...]arquivos/documentos pessoais compreendem documentos cuja proveniência é de um indivíduo ou de um grupo familiar. O termo “arquivos pessoais” enfatiza a coletividade de um fundo arquivístico, enquanto “documentos pessoais” enfatiza as funções dos indivíduos e famílias na criação dos documentos e as qualidades desses documentos enquanto registros. [...] Hobbs (2015, p. 266)

Quanto ao desenvolvimento teórico do termo na Arquivologia, Hobbs (2015, p. 267 - 268, tradução nossa) esclarece que a discussão sobre arquivos pessoais ganhou destaque na década de 1990, mediante a edição especial da revista *Archives and Manuscripts*, que abordou a história da aquisição de documentos pessoais na Austrália. Nas décadas de 1990 e 2000, outras publicações, como edições da revista *Archivaria*, aprofundaram o debate sobre as características particulares dos documentos pessoais, a gestão dessas fontes e os contextos sociais, incluindo o impacto do digital.

No que diz respeito aos arquivos pessoais de mulheres, na obra *Perspectives on women's archives* (2013, tradução nossa), editada por Tanya Zanish-Belcher e Anke Voss, as autoras esclarecem que muito do arcabouço teórico sobre arquivos de mulheres desenvolveu-se no âmbito do movimento da Nova História Social, sua metodologia e enquanto consequência da busca pela história das mulheres. As pioneiras em trabalhos acadêmicos sobre o tema seriam Gerda Lerner, Anne Firor Scott, Carroll Smith-Rosenberg, Mary Ritter Beard, dentre outras historiadoras, nas décadas de 1960 e 1970. Lerner teria sido a primeira desafiar à organização patriarcal dos documentos históricos.

No intróito da obra, Zanish-Belcher e Voss (2013, p. 3, tradução nossa) ponderam que o tema mulheres e arquivos indica uma necessidade emergencial de insurgência na profissão dos arquivistas, os quais devem se comunicar melhor com outros profissionais “sobre os aspectos de gênero na gestão de documentos e focar em seus significados mais amplos para o próprio trabalho arquivístico”, estando “atentos a outros possíveis colaboradores com objetivos e interesses semelhantes nas comunidades, especialmente aqueles que trabalham em cultura e patrimônio” relacionadas à estas fontes.

Ainda quanto à mudança na profissão impelida pelos levantes relativos à temática mulheres e arquivos, as autoras asseveram que o arquivista deve

[...]reconhecer e enfrentar os muitos desafios relacionados à acessibilidade destas fontes. O acesso, ou a falta das fontes, tem sido uma questão importante para os arquivos de mulheres nos últimos cinquenta anos ou mais. Existem muitas fontes que não podem ser encontradas devido à falta de descrição ou cuidado inadequado, ou por estarem alocadas fora dos repositórios convencionais. As vidas e experiências das mulheres têm sido, por muito tempo, envoltas no que é considerado "pessoal", e documentar essa vida oculta ou interior tem sido problemático. Como capturar a sexualidade, a espiritualidade e a experiência, às vezes mundana, da existência cotidiana? [...] precisamos explorar questões de controle intelectual e o acesso, como práticas descritivas que podem promover ou dificultar a descoberta dessas coleções pelo público. [...] Como as ferramentas atualmente utilizadas pelos arquivistas serão aplicadas ao desenvolvimento dos arquivos das mulheres no futuro? [...] (Zanish-Belcher; Voss, p. 4, tradução nossa).

As editoras indicam que a saída para enfrentar esta lacuna e desafio seriam o desenvolvimento de arquivos comunitários, considerando que “grupos locais de base sempre desempenharam um papel na coleta dos arquivos das mulheres”. Criar arquivos de mulheres em diversas cidades, reexaminar criativamente documentos familiares como fontes contendo a presença das mulheres, registrar histórias orais que documentam aspectos pouco conhecidos da vida e do trabalho das mulheres e reunir arquivos que documentam experiências de gênero foram outros caminhos indicados pelas editoras para se localizar estas fontes. (Zanish-Belcher; Voss, p. 8, tradução nossa).

No Brasil, ainda sofremos em nossos arquivos uma enorme lacuna quanto os arquivos das mulheres. Ressalta-se que na FIOCRUZ, dos 97 fundos documentais existentes apenas 10 são de mulheres cientistas. No Arquivo Nacional do Brasil de cerca de 300 fundos de arquivos pessoais privados são apenas 26 fundos documentais de mulheres. Há um processo de exclusão e invisibilidade social das mulheres. Em decorrência de toda esta situação estrutural apresentada observou-se uma diminuta presença de fundos documentais arquivísticos de mulheres nas instituições ou agências de informação.

O arquivo pessoal de Rose Marie Muraro é especialmente relevante por seu vasto acervo sobre estudos de gênero na América Latina, oferecendo recursos inestimáveis para pesquisadores e ativistas feministas.

3 O FEMINISMO NO BRASIL E SUAS REPERCUSSÕES SOCIAIS

O movimento feminista no Brasil e na América Latina tem suas raízes em figuras e ciclos históricos, refletindo uma luta contínua por direitos e igualdade de gênero. Conforme Biroli e Miguel (2024, p. 7), “toda teoria feminista é política, na medida em que é fundante” e está no cerne da “compreensão de que os limites convencionais da política são insuficientes para apreender sua dinâmica real”. Assim, será adotado o termo “feminismos” ao invés de “feminismo”, considerando a pluralidade de abordagens de atores nos movimentos feministas e suas lutas.

Sobre o início e o desenvolvimento dos feminismos na América Latina, ao qual a autora designa como “ciclos”, Barrancos prossegue:

No conjunto – estou longe de indicar um comportamento idêntico dos movimentos feministas em cada um dos países da região -, há um amplo ciclo que vai desde sua germinação, entre as décadas de 1900 e 1910, até os anos 1940; depois se segue certo estancamento que deu lugar a um reflorescimento nos anos 1970, com uma mudança notável de agenda que se observa, sobretudo, no desempenho das décadas de 1980 e 1990. (Barrancos, 2022, p.45)

O feminismo emerge quando mulheres, individualmente e em grupos, se insurgem por direitos fundamentais, como o voto feminino, acesso à educação, direitos iguais no casamento, direito ao divórcio, integridade física e controle da capacidade reprodutiva. Essas lutas pressionaram os limites da ordem estabelecida e desafiaram as formas de pensar que a legitimavam. Rampton (2022) destaca que a origem do feminismo pode ser rastreada por períodos históricos distintos, com figuras notáveis como Sappho, Hildegard de Bingen e Christine de Pisan lançando ideias fundamentais de empoderamento e dignidade feminina.

A primeira onda do feminismo, no final do século XIX e início do século XX, concentrou-se em garantir o sufrágio das mulheres em 1932 e abrir oportunidades no contexto do urbanismo industrial e da política liberal. A segunda onda, nas décadas de 1960 a 1990, coincidiu com os movimentos pelos direitos civis, direitos reprodutivos, sexualidade e igualdade de gênero, e viu o surgimento do ativismo feminista radical.

A terceira onda, a partir de meados da década de 1990, focou no individualismo, diversidade e inclusão, desafiando noções tradicionais de feminilidade e abarcando a interseccionalidade. Atualmente, há discussões sobre uma quarta onda do feminismo, impulsionada por questões como assédio sexual, violência de gênero e desigualdades sistêmicas, baseando-se nos fundamentos das ondas anteriores e incorporando novas perspectivas e estratégias.

Barrancos (2022) descreve a história dos feminismos na América Latina em ciclos, indicando a importância dos arquivos na preservação da memória das ações feministas e na sustentação das políticas e recursos para a conservação das fontes. Ela afirma que os feminismos latino-americanos não coincidem exatamente com os das órbitas norte-americanas e europeias, mas compartilham similaridades. Barrancos destaca que os movimentos feministas na América Latina trilharam seus caminhos de acordo com as possibilidades de cada país, com um ciclo inicial de germinação entre as décadas de 1900 e 1910, seguido por estancamento até um reflorescimento nos anos 1970 e uma clara expansão das manifestações mais livres das sexualidades desde o fim dos anos 1990.

Os movimentos feministas na década de 1920 marcam um momento de ruptura, não se limitando, apenas, àquelas atitudes cotidianas, microscópicas em sua maioria, taticamente levadas a efeito pelos subalternos, visando esgueirar-se furtivamente à opressão. Algumas mulheres assumem abertamente a campanha pela obtenção de seus direitos. Organizam-se em Associações, fazem pronunciamentos públicos, utilizando-se fartamente da imprensa, buscam o apoio de lideranças nos diversos campos, constituindo grupos de pressão visando garantir apoio de parlamentares e de outras autoridades., da imprensa, da opinião pública etc. Apesar disso, em sua maioria, buscam revestir o seu discurso de um tom moderado. Não apenas porque tenham introjetado que esta seria a forma adequada de expressão feminina, mas, igualmente, por estratégia política. (Soihet, 1996, p.112)

Houve a identificação de vitórias dos movimentos feministas nas décadas de 1970 e 1980, que gerou as propostas de emendas à Constituição Cidadã de 1988, facilitando a inserção de políticas públicas relacionadas à defesa e proteção às mulheres, além da criação de delegacias de polícia especializada para o atendimento das vítimas. Contudo, houve o enfrentamento de preconceitos e divisão da opinião pública que considera que “em briga de homem e mulher não se mete a colher”, configurando que até mesmo os policiais homens, casados, se manifestavam de forma dividida. Há ainda a percepção que a culpa da agressão vem das vítimas que são “oferecidas, desonestas, adúlteras e etc.” e não dos homens, os verdadeiros agressores.

4 METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA

A pesquisa sobre Rose Marie Muraro e o feminismo utiliza metodologias teóricas-exploratórias e descritivas, incluindo levantamento bibliográfico e estudo de caso. As fontes documentais foram exploradas no Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN, particularmente nos fundos da Comissão da Verdade e da Divisão de Diversões e Censura.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada no Período da Presidenta Dilma Rousseff, em 18 de dezembro de 2011, extinta em 16 de dezembro de 2014, tendo como objetivo principal investigar violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, em particular em momentos ditatoriais, como a Ditadura do período Vargas e na Ditadura Civil-Militar de 1964-1985.

A Divisão de Censura de Diversões Públicas que funcionou de 1972 a 1988, tem antecedentes no decreto n. 24651, de 10 de julho de 1934, que criou o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), no decreto-lei n. 1915, de 27 de dezembro de 1939, que criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), subordinado à Presidência da República, e no decreto-lei n. 7582, de 25 de maio de 1945, que criou o Departamento Nacional de Informações, subordinado ao MJNI. O decreto-lei n. 8462, de 26 de dezembro de 1945, criou o Serviço de Censura de Diversões Públicas, subordinado ao Departamento Federal de Segurança Pública. Pela lei n. 5536, de 21 de novembro de 1968, foi criado o Conselho Superior de Censura (CSC), subordinado ao Ministério da Justiça, com a competência de apenas rever,

em grau de recurso, as decisões censórias proferidas pelo diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF). O decreto n. 70.665, de 2 de junho 1972, criou a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), subordinada ao DPF.

Além disso, foi realizada uma investigação detalhada nos arquivos e no site da Fundação Rose Marie Muraro, cujas portas encontram-se fechadas desde 2018 por falta de verbas. Verificamos no site a existência em seus acervos arquivísticos, biblioteca e de documentação: correspondências, uma rede voltada às instituições de feministas, audiovisuais, fotografias, livros, et. Todavia, não é possível no momento dar maior especificidade à tipologia documental. Futuramente pretendemos dar continuidade à pesquisa com base nas entrevistas da própria Rose Marie Muraro para a Tv Canal Brasil, antiga TVE.

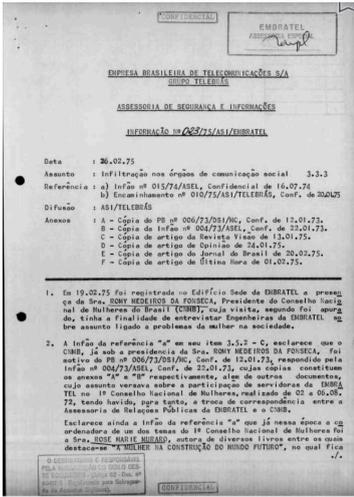
5 RESULTADOS

Constam no Sistema de Informações – SIAN, do Arquivo Nacional, em particular no Fundo da Comissão Nacional da Verdade e no fundo de Divisão de Censura matérias provenientes da Assessoria de Segurança e Informação – ASI da Telebrás/Embratel relatórios, que ressaltam a participação de Rose Marie Muraro em movimentos considerados subversivos e comunistas, conforme figuras a seguir:

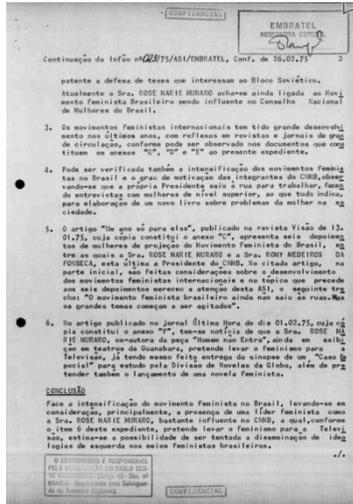
Figura 2 Relatório confidencial da Telebrás sobre infiltração nos órgãos de comunicação e monitoramento de líderes feministas e dos movimentos feministas (1975)

Figura 3 Continuação do relatório confidencial da Telebrás sobre a infiltração nos órgãos de comunicação e o monitoramento de líderes feministas, com destaque para a atuação de Rose Marie Muraro e o perigo de sua influência na televisão brasileira.

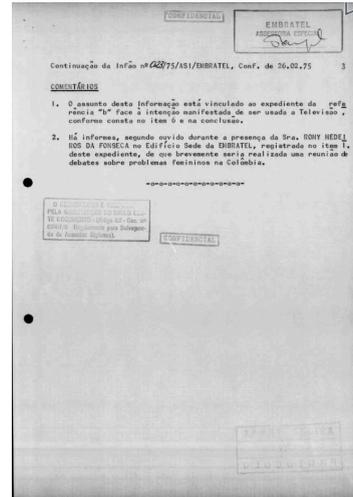
Figura 4 Continuação do relatório confidencial da Telebrás, contendo comentários sobre o uso da televisão para divulgar ideologias feministas e informações sobre reuniões de debates femininos na Colômbia.



Fonte: Arquivo Nacional



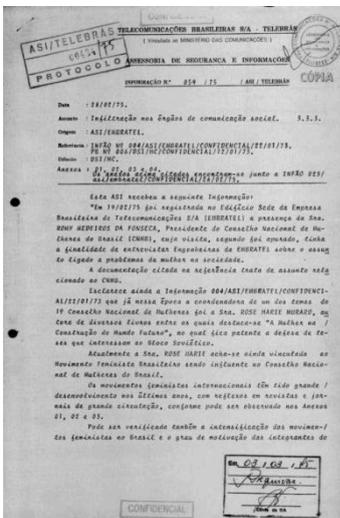
Fonte: Arquivo Nacional



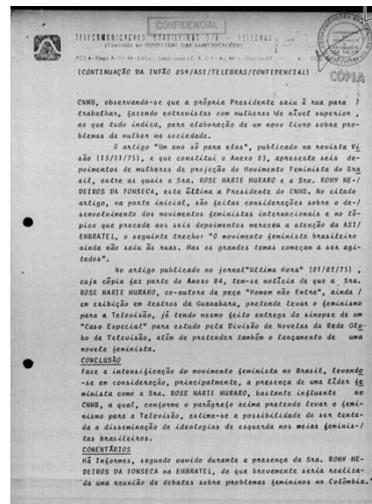
Fonte: Arquivo Nacional

Figura 5 Relatório confidencial da Embratel sobre infiltração nos órgãos de comunicação, destacando Romy Medeiros da Fonseca e o papel da mulher na sociedade.

Figura 6 Continuação do relatório da Embratel, detalhando o papel de Rose Marie Muraro e Romy Medeiros da Fonseca no movimento feminista e o monitoramento das suas atividades.



Fonte: Arquivo Nacional



Fonte: Arquivo Nacional

Os documentos apresentados nas figuras confirmam o monitoramento rigoroso de figuras femininas como Rose Marie Muraro e Romy Medeiros da Fonseca por órgãos de segurança durante o regime militar brasileiro. Em relatórios confidenciais da Embratel, datados de 1975, são citadas as atividades de ambas no contexto do movimento feminista e sua suposta associação com

ideologias subversivas. A atuação de Muraro e Fonseca no Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (CNMB) é detalhadamente acompanhada, com ênfase no papel dessas líderes na disseminação de ideias feministas, muitas vezes vistas como potencialmente comunistas.

Em particular, o documento menciona o livro de Rose Marie Muraro, "A Mulher na Construção do Mundo Futuro", como uma obra de interesse para o bloco soviético, alinhando-se com as acusações de subversão e propaganda comunista mencionadas em processos anteriores, como o DSI nº 00.615 de 1972. Esse padrão de vigilância reflete a preocupação dos órgãos de censura com a disseminação de ideias feministas e esquerdistas por meio de publicações e eventos promovidos por Muraro e outras líderes feministas.

Além disso, os relatórios mostram que o movimento feminista brasileiro era visto como uma força crescente, conforme atestado nos anexos incluídos nos documentos, que mencionam entrevistas com engenheiras da Embratel e a intensificação das atividades feministas em debates e artigos da época. A tentativa de usar a televisão para promover o feminismo, conforme mencionado no relatório, também ilustra a preocupação dos órgãos de segurança com a ampla disseminação dessas ideias.

Esses relatórios, agora preservados no Fundo da Comissão Nacional da Verdade e em outros fundos do Arquivo Nacional, reforçam a invisibilidade histórica das mulheres em arquivos institucionais, conforme apontado por Rodrigues (2023) e Benassi (2017). A existência de apenas 10 fundos de arquivos de mulheres na FIOCRUZ e 26 fundos de mulheres no Arquivo Nacional demonstra que a documentação sobre a participação feminina em movimentos sociais e políticos, embora significativa, ainda ocupa uma posição secundária em relação aos arquivos dominados por figuras masculinas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminismo desde o início do século XX até os dias atuais teve um papel fundamental no registro, conhecimento e recuperação de informações que marcaram a construção dos direitos humanos para as mulheres e o desenvolvimento da cidadania no universo feminino.

Rose Marie Muraro foi e é uma figura emblemática e representativa da militância do feminismo e do seu empoderamento. Todavia, foi interpretada pelos órgãos de repressão na

Ditadura Civil-Militar não como ativista do feminismo, mas como comunista. A preservação e acessibilidade do seu acervo são essenciais para manter viva a memória e o legado de Muraro, bem como para apoiar futuras pesquisas e iniciativas feministas. O contexto arquivístico, institucional e social dos acervos de feministas representam um parâmetro para o entendimento da influência das mulheres nos avanços dos direitos humanos e da democracia.

Os arquivos pessoais são fundamentais na preservação da memória feminina e na pesquisa feminista. Eles oferecem uma visão íntima e detalhada das vidas e contribuições das mulheres, frequentemente invisibilizadas nos registros históricos oficiais e institucionais.

O estudo de gênero vem crescendo na produção científica de profissionais de Biblioteconomia, Arquivologia e de cientistas da informação. É necessário que mais pesquisas sejam feitas e que esse estudo amplie o espectro das linhas e das agendas de pesquisas desses profissionais.

Para se compreender o movimento feminista no Brasil, a trajetória de Rose Marie Muraro é fundamental não somente por sua atuação central no movimento, mas também por sua capacidade de enfrentar e romper as barreiras impostas por uma sociedade dominada por homens. Em um mundo de figuras masculinas, Rose demonstrou sua força ao abrir caminhos para a luta feminista, desafiando o patriarcado tanto no campo intelectual quanto no político. Sua entrada na Editora Vozes, em 1961, por meio de Frei Ludovico, simboliza esse rompimento. O ato corajoso de Ludovico ao reconhecer sua capacidade laboral e intelectual e contratá-la, desafiando a ortodoxia da Igreja Católica, foi o início de uma transformação editorial que culminou na publicação de obras subversivas e progressistas, promovendo o debate sobre igualdade de gênero e direitos sociais.

A preservação dos arquivos pessoais de Muraro, que incluem documentos sobre sua colaboração com figuras como Frei Ludovico e Leonardo Boff, bem como sua interação com ativistas internacionais como Betty Friedan, é vital para compreender a resistência e o impacto do feminismo em um contexto político de vigilância e controle. Esses documentos revelam não apenas sua trajetória pessoal, mas também a rede de apoio que Rose cultivou em meio às adversidades. Os relatórios confidenciais da Assessoria de Segurança e Informação da Embratel conforme as figuras 2, 3 e 6 anexadas no artigo são provas concretas do monitoramento estatal

sobre suas atividades, refletindo o temor das autoridades diante de sua influência no movimento feminista, considerado como de atividades comunistas e em sua expansão quanto na propagação de ideias políticas também consideradas pelos órgãos de repressão como subversivas.

Além disso, as figuras anexadas no texto revelam aspectos importantes da repressão enfrentada por Muraro e seus aliados, expondo a dimensão do controle e vigilância por parte do regime militar. Esses documentos servem como testemunhos da constante tentativa do Estado de limitar suas ações e o alcance de seus pensamentos. No entanto, a capacidade de Muraro em transcender essas barreiras, mesmo sob perseguição, reflete sua determinação e o poder de suas convicções. Suas publicações, resultantes do seu trabalho incansável, fez com que Muraro corroborasse com a força do feminismo em um período de censura e violência política, que poderia ter um desfecho de perseguição, culminando com a tortura e morte dos perseguidos políticos.

Sua parceria irmanada com aliadas, como Ruth Escobar, na fundação da editora feminista Rosa dos Tempos, também não pode ser ignorada. Essas parcerias femininas foram fundamentais para fortalecer a voz de Muraro e garantir que suas ideias chegassem a um público mais amplo. Em conjunto com figuras como Ludovico e Boff, este último liderou a Teoria da Libertação no Brasil, esses aliados ajudaram a pavimentar o caminho para que Muraro continuasse sua luta pela libertação das mulheres e por direitos humanos.

Por fim, os arquivos de Rose Marie Muraro transcendem sua importância como simples repositórios de memória, mas que no momento se encontram impedidos de dar acesso ao público pelo fato da Fundação Muraro se encontrar fechada desde 2018 por falta de verbas. Verificamos que nos arquivos e documentos públicos se encontram referências e fontes sobre as ações de Muraro, complementando os arquivos pessoais. Eles representam a luta e a resistência de uma mulher que, em um ambiente de poder predominantemente masculino, conseguiu abrir novos espaços para o discurso feminista. A preservação desse acervo não apenas assegura que sua história continue viva, mas também oferece um legado contínuo de inspiração para futuras gerações. Em tempos de constantes desafios aos direitos das mulheres, os documentos preservados nos arquivos de Muraro e no Arquivo Nacional reafirmam a importância de lembrar que, mesmo em um mundo de figuras masculinas, as vozes femininas podem e devem ser ouvidas, documentadas e celebradas.

A manutenção desses arquivos é, portanto, não apenas uma questão de preservação histórica, mas um ato de resistência política e social. A trajetória de Rose Marie Muraro, contida em seus documentos e nas figuras anexadas, se constituem em exemplos, tendo como fontes os fundos documentais de órgãos de repressão, que servem como faróis para iluminar os caminhos da luta feminista e para inspirar novas gerações a continuarem na luta por justiça e igualdade, incentivando outras pesquisas sobre este objeto de estudo. Compreender os arquivos das mulheres faz compreender as mulheres nos arquivos!

REFERÊNCIAS

Andrades, Marcelo Ferreira de. **Do claustro à universidade**: as estratégias editoriais da editora Vozes na gestão de Frei Ludovico Gomes de Castro (1964-1986). 2001. 194 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/3502>. Acesso em: 25 set. 2024.

Arquivo Nacional. **Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN**. Rio de Janeiro, 2023.

Barrancos, D. **História dos feminismos na América Latina**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

Benassi, M. **Arquivo e representatividade**: uma pesquisa através dos acervos de mulheres no Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: (Monografia de Graduação – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO), 2017.

Biroli, F.; Vaggione, J. M.; Machado, M.D.C. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020. 222p.

Boff, L. **Biografia**. Em: <https://leonardoboff.org/biografia/> Disponível em 26.09.2024

Camargo, Ana; Goulart, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique (iFHC), 2007. 316 p.

Chomski, Mayra. Lute como uma garota: Rose Marie Muraro. **Revista Subjetiva**, 2018. <https://medium.com/revista-subjetiva/lute-como-uma-garota-rose-marie-muraro-7d2f198ffe6c>. Dom Helder Escola Superior. Em <https://domhelder.edu.br/dom-helder>. Acesso em 26.09.2024

Galleti, Camila. Neuma Aguiar. **Sociedade Brasileira de Sociologia**. Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/neuma-aguiar/>. Acesso em: 25 set. 2024. **s.d.**

Hobbs, Catherine. Personal archives. In: Duranti L, Franks P (eds) **The Encyclopedia of Archival Science**. Rowman and Littlefield, Lanham, 2015.

Josiowicz, A. (Org.). [livro eletrônico] **Mulheres escritoras arquivos literários e feminismos na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2023.

Mckemmish, S. Provas de mim... Novas considerações. Em: Travancas, I.; Rouchou, J. Heymann, L; **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013. 284p.

Miguel, L. F.; Biroli, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Rodrigues, K. Projeto da COC/FIOCRUZ dá visibilidade aos acervos de mulheres. <https://portal.fiocruz.br/noticia/projeto-da-coc/fiocruz-da-visibilidade-aos-acervos-de-mulheres>

Ruth Escobar (31 de março de 1936 – 9 de julho de 2017). Atriz, produtora teatral, política e ativista feminista. **Memória Feminista Antirracista**. Disponível em: <https://memoriafeminista.com.br/ruth-escobar-31-de-marco-de-1936-9-de-julho-de-2017/>.

Acesso em: 25 set. 2024.

Silva, C.; Silva, R. Arquivo Pessoal: Fundo documental Neusa Carson. **Revista Fragmentum**. Santa Maria. n. 37, p. 31-41, 2013.

Sociedade dos Arquivistas Americanos (SAA). *Dicionário de Terminologia Arquivística (DAT)*. Disponível em: <https://www2.archivists.org/dictionary>. Acesso em: 16 ago. 2024.

Soraggi, K. Rose Marie Muraro: autobiografia e a construção da intelectual feminista. **Anais do 2º Encontro Internacional História & Parcerias**. 6º Seminário Fluminense de Pós-Graduandos em História | 5ª Jornada do Programa de Pós-Graduação em História. 20 a 25 de out. 2019. https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570484390_ARQ_UIVO_7ec9e5a2adb32f1c9d2899009981c24a.pdf

Souza, R. de M. A Violência e o Femicídio contra as Mulheres no Brasil: as informações, notícias e matérias nos sites e redes sociais durante a pandemia da covid-19. Em ROMEIRO, N. L.(Org.). **Informação, diálogo e ações para enfrentamento à violência contra meninas e mulheres** / - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2022. (Selo Nyota). 273-289pp.

Souza, R. de M.; Franco, S. C. Femicídio e as normativas: a dor de lembrar e o direito de esquecer. Em **Arquivos, democracia e justiça social** [livro eletrônico] / organização Pinha, M. L., Vitoriano, M. C. de C. P.; Santos, P. R. E. - 1. ed. - São Paulo : ARQ-SP, 2023. 1301-1310pp.

Soihet, Rachel. Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero. Em: Estudos de Gênero. Rio de Janeiro, **Acervo**, v,9, n. 1-2, p. 99 – 124, jan./dez. 1996.

Universidade Federal Fluminense. Rose Marie Muraro (1930 - 2014). Feminista e Escritora: uma intelectual libertária. **Gênero**. Niterói: v.14, n.2, p. 175- 177, 1/2014. <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31195/18284>

Vergés, F. **Feminismo decolonial**. Françoise Vergès; tradução por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. Título original: Un féminisme décolonial. São Paulo: Unu, 2020. 144p.

Zanish-Belcher, T.; Voss, A. (Ed.). **Perspectives on Women's Archives**. Chicago: Society of American Archivists, 2013.

Zucco, L.; Lisboa, T.K. In Memorian Rose Marie Muraro: uma mulher impossível. **Rev. Estud. Fem.** 22 (2) • Ago 2014 <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000200009>

Referências Iconográficas:

Muraro, Rose Marie. [Fotografia/Documento]. Fonte: Instituto Cultural Rose Marie Muraro, Facebook, 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top?q=instituto%20cultural%20rose%20marie%20muraro>. Acesso em: 30 set. 2024.

Telecomunicações Brasileiras S/A. Relatório confidencial sobre infiltração nos órgãos de comunicação social. **Embratel – Assessoria de Segurança e Informações**, 26 fev. 1975. Arquivo Nacional, Fundo Comissão Nacional da Verdade.
Fonte: Arquivo Nacional.

Telecomunicações Brasileiras S/A. Continuação do relatório confidencial sobre infiltração nos órgãos de comunicação social. **Embratel – Assessoria de Segurança e Informações**, 26 fev. 1975. Arquivo Nacional, Fundo Comissão Nacional da Verdade.
Fonte: Arquivo Nacional.

Telecomunicações Brasileiras S/A. Conclusão do relatório confidencial sobre infiltração nos órgãos de comunicação social. **Embratel – Assessoria de Segurança e Informações**, 26 fev. 1975. Arquivo Nacional, Fundo Comissão Nacional da Verdade.
Fonte: Arquivo Nacional.

Telecomunicações Brasileiras S/A. Relatório confidencial sobre infiltração nos órgãos de comunicação social. **Embratel – Assessoria de Segurança e Informações**, 28 fev. 1975. Arquivo Nacional, Fundo Comissão Nacional da Verdade.
Fonte: Arquivo Nacional.

Telecomunicações Brasileiras S/A. Continuação do relatório confidencial sobre infiltração nos órgãos de comunicação social. **Embratel – Assessoria de Segurança e Informações**, 28 fev. 1975. Arquivo Nacional, Fundo Comissão Nacional da Verdade.
Fonte: Arquivo Nacional.

NOTAS DE AUTORIA**Rosale de Mattos Souza**

Graduação em Arquivologia. Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação pela UFRJ/ECO/IBICT. Faz parte como membro do Laboratório de Arquivos Privados e Pessoais – LABAPP; promoveu duas edições na Semana Nacional de Arquivos sobre Arquivos e Mulheres, promovidas pelo Arquivo Nacional; com produção científica em estudo de gênero e arquivos pessoais. Docente do curso de Arquivologia e da Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – PPGARQ, da UNIRIO.

Shirley Carvalhêdo Franco

Graduação em Arquivologia. Mestrado e doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do curso de Arquivologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB). Atuou como mediadora da mesa “Mulheres, Arquivos e Ciência” em evento sobre Berta Ribeiro na UnB e coordenou atividade de extensão "Arquivos, Mulheres e Cientistas" do curso de Arquivologia. Atualmente, coordena projetos de extensão referentes à preservação dos acervos de Berta Gleizer Ribeiro e Stella Maris de F. Bertinazzo.